

**ATA N.º 9 /2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**21/11/2019**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

-----Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.º Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pela Sra. Dra. Telma Milene Magueta Salvador, 1.º Secretária e pela Sra. Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**PONTO DOIS: Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2020, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, ao abrigo do previsto nas alíneas c), do nº. 1, do art.º 25º. e ccc), do artigo 33º. e no n.º 3, do art.º 35º., do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do término da isenção de IMI para edifícios de 1ª. habitação, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no Concelho de Mira, no dia 15 de outubro de 2017.**-----

-----**PONTO QUATRO: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais nos domínios do transporte em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas – ano de 2019.**-----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sra. Vereadora, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira. -----

**-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----**

----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Dra. Edite Domingues Custódio, em substituição do Prof. Nelson Miranda Cadete, Sr. João Augusto Ribeiro de Sousa, em substituição do Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, Prof. Paulo Jorge Santos Grego, Sr. Pedro Nunes, Sr. Rui Miguel Oliveira Canudo, em substituição do Sr. Luís Filipe Alcaide Antunes, Enf.<sup>a</sup> Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borrvalho, Sr. Mário de Jesus Manata, em substituição da Dra. Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Sr. Vasco Daniel Negrão de Jesus Almeida, em substituição do Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Sr. Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Sr. Américo Manuel Miranda Páscoa, Eng.<sup>o</sup> Jorge Manuel Quintaneiro, em substituição do Dr. Carlos Castelhana, Enf.<sup>o</sup> Manuel Ferreira Inocência, Dr. João André Reigota Gomes, Dr.<sup>a</sup> Telma Milene Magueta Salvador, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr.<sup>a</sup> Marta Sofia Cunha e Silva, Prof.<sup>a</sup> Maria Clara Simões Clemente, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e de Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

**----FALTAS-----**

----Verificou-se a falta do Prof. Nelson de Miranda Cadete, substituído pela Dra. Edite Domingues Custódio, do Dr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, substituído pelo Sr. João Augusto Ribeiro de Sousa, do Sr. Luís Filipe Alcaide Antunes, substituído pelo Sr. Rui Miguel Oliveira Canudo, da Dra. Joana Mafalda

da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, substituída pelo Sr. Mário de Jesus Manata, do Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, substituído pelo Sr. Vasco Daniel Negrão de Jesus Mingatos e do Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, substituído pelo Eng.º Jorge Manuel Quintaneiro. -----

-----**HORA DE ABERTURA** -----

----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas após a verificação de *quórum*, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes do pedido de suspensão, até setembro do corrente ano, do Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro e que o Sr. Américo Manuel Miranda Páscoa o iria substituir. -----

----De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.º e 79.º, da Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de janeiro e, de acordo com o resultado do ato eleitoral ocorrido em 01 de outubro de 2017, o Sr. Américo Manuel de Miranda Páscoa, com o cartão de cidadão n.º 9931003, residente em Avenida Central, n.º 137, Lagoa, 3070-141, Mira, eleito pelo MAR (Movimento Autárquico de Renovação), o qual prestou o devido juramento legal. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----Houve intervenção do público por parte do Sr. José Maria Francisco, residente em Mira, o qual iniciou a sua intervenção questionando sobre quais eram os critérios para atribuição de subsídios às associações, nomeadamente, quanto à constituição da sua direção e respetivos estatutos. -----

----Interveio o munícipe Sr. Manuel Neves Oliveira, residente em Cabeço de Mira e, disse que iria proceder à entrega de um abaixo-assinado, cujo assunto dizia respeito às melhorias do Cabeço de Mira, subscrito por 170 assinaturas, dos habitantes desta localidade, o qual aqui se transcreve na íntegra:-----

----“*Ex.ªs Srs.* -----

----*Na localidade do Cabeço temos tido vários problemas, que no dia a dia acabam por ser grandes obstáculos em termos de segurança, saúde e conforto. Alguns desses*

*problemas foram reportados à própria CMM e Junta de Freguesia sem nunca ter tido uma resposta ou resolução imediata. -----*

*----Entre vários problemas, destacamos alguns mais importantes e com urgência de resolução: -----*

*----1. O problema da água canalizada, cuja cor e depósito, além de serem nocivos à saúde em quantidades altas, não serve para cozinhar, lavar ou tomar banho! Já foi reportado e já o Sr. Presidente indicou que será resolvido com uma nova empresa intermunicipal e filtros na Praia de Mira, mas pode-se e deve-se atuar localmente – um filtro local no fornecimento no Cabeço seria uma solução! -----*

*----2. O problema da EN109, cujo limite de velocidade é de 50km/h, mas não impede o trânsito de passar sempre em excesso! Já houve vários acidentes nos últimos anos, é necessário atuar com as Infraestruturas de Portugal e colocar algo como semáforos de velocidade e passadeiras! -----*

*----Existem outros problemas como a inexistência de saneamento, escoamento de pluviais, falta de passeios e melhor sinalização, mas entendemos que terão que ser feitos a médio prazo, sem no entanto, serem esquecidos. -----*

*----Solicitamos, portanto, com celeridade a resolução destes problemas graves o mais breve possível.” -----*

*----Seguiu-se a intervenção do munícipe Sr. Mário Alcatrão, residente na localidade de Cabeço de Mira, o qual quis saber o porquê de se ter parado com os trabalhos na Rua da Vala. -----*

*----De seguida, referiu a falta de limpeza das bermas e, conseqüentemente, questionou para quando os passeios nessa zona, salientando que esta localidade era a entrada para a Vila de Mira, na direção de Aveiro. -----*

*----Falou também dos plátanos existentes nessa zona e informou que estes nunca foram podados e, se nesse momento o estavam, era porque alguém tinha pedido para que o fizesse. -----*

*----Por fim, desabafou que a aldeia do Cabeço de Mira estava votada ao esquecimento. -----*

**----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (EM RESPOSTA À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO)-----**

----O Sr. **Presidente da Câmara** agradeceu aos munícipes a sua intervenção cívica. De seguida e, em resposta às questões colocadas, principiou por se referir à questão da interrupção das obras na rua da Vala, a qual se prendia com uma razão de ordem técnica, explicando que, devido à dimensão da parede de betão, esta teria que aguardar algum tempo para secar e ganhar consistência, por forma a não se correr riscos desnecessários. -----

----Em relação à questão da água, respondeu que esta era potável, sim, pois, caso contrário, não poderia, nunca, estar na rede pública. Pese embora reconhecesse que esta não era límpida. Contudo, estavam a ser feitos investimentos avultados, nessa matéria e informou que, nessa semana estava a ser instalada uma nova estação de tratamento de água, para redução ou eliminação do ferro, na Lagoa, a qual já tinha sido adjudicada em vinte e oito de junho de 2019 e que irá permitir aumentar, em muito, a capacidade de tratamento da água e, conseqüentemente, a sua coloração, causada pelo ferro nela presente. Mais disse saber que o Cabeço era dos sítios com mais problemas, nesta área, pois era o fim da linha, ou seja, o fim da conduta. -----

----Em continuação, acrescentou ter expetativas elevadas pois, com esta nova máquina de tratamento de água era muito provável que se conseguisse fazer desaparecer o ferro presente na água, até porque, nos últimos quatro meses fez-se um grande investimento, em dois novos furos e, os relatórios apresentavam uma diminuição significativa da concentração de ferro. Posto isto, salientou que estavam reunidos todos os esforços, no sentido de solucionar este problema. --

----Acrescentou ainda que, no âmbito da empresa intermunicipal que se estava a criar, informou que se tinha feito um investimento de 1 milhão e 400 mil euros, aprovados, para essa estação de tratamento de águas e que, esse mesmo investimento, feito e assumido pelo orçamento municipal, complementava-se e

integrava-se no sistema que já se estava a implementar, ou seja, esta era só uma parte do tratamento que se irá fazer. -----

----Em jeito de resumo, reafirmou que as expetativas eram elevadas e esperava, pelo menos, até final do corrente ano, ter o problema resolvido, se não na totalidade, pelo menos parcialmente. -----

----De seguida, clarificou que o assunto do semáforo na EN 109, este era da competência das Estradas de Portugal, à qual se iria solicitar a sua célere intervenção. -----

----Com relação aos passeios, informou que os mesmos estavam adjudicados, logo, a sua execução com pavê estava prevista acontecer nos meses de janeiro ou fevereiro do próximo ano. -----

----No que ao saneamento dizia respeito, explicou que esse assunto era mais demorado e, conseqüentemente, ainda não conseguia adiantar um prazo concreto para a sua resolução. Contudo, referiu-se ao troço, que iria avançar da zona industrial Polo I, fazendo a ligação ao leque, assim como, à parte do Seixo de Mira, constituindo assim um bom ponto de partida para a obra que se irá encetar no começo do ano de 2020 e, a qual será o elo de ligação com esse saneamento. -----

----Concluiu a sua intervenção referindo-se ao cemitério de Mira, mais especificamente, quanto à questão da sua localização e, uma vez que este assunto já tinha sido abordado em anterior sessão de Assembleia. Assim, reforçou o seu pedido, insistindo para que cada bancada parlamentar indicasse um membro para fazer parte integrante dessa comissão, uma vez que já havia um princípio de localização e urgia reunir com a Câmara Municipal e com os seus técnicos, de forma a abordar e estudar, detalhadamente, esta questão. ----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

---- **ATA N.º 7, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão ordinária realizada em 06 de dezembro de 2018, a qual foi **aprovada por maioria**, com 8 abstenções do Partido Socialista e 1 abstenção do Movimento Autárquico de Renovação. -----

----Sobre esta, interveio o deputado **Francisco Reigota (PS)**, proferindo uma declaração de voto, na qual esclareceu o porquê da abstenção do Partido Socialista e que esta se devia a dois fatores. O primeiro tinha a ver com o facto de se considerar inadmissível a votação de uma ata após um ano da realização respetiva sessão de Assembleia; em segundo lugar, referiu que a ata em apreço comprovava que estavam a ser aprovadas atas com conteúdos errados, que não tinham sido corrigidos e que, nesse momento, já se tinham tornado públicas. Mais disse que, ao ler a ata ora aprovada, esta era um excelente exemplo do que tinha acabado de dizer, comprovando-o com excertos constantes nas páginas cinco e seis da supracitada ata. -----

----Concluiu, dizendo que o grave desta situação era que erros deste tipo continuavam a aparecer, em atas aprovadas e, os quais deturpavam a realidade dos factos e as intervenções dos eleitos, atribuindo afirmações a pessoas que nunca as proferiram. Posto isto, declarou que, até se verificar uma normalização destes processos, tanto quanto às datas como ao seu conteúdo, nunca mais poderiam votar favoravelmente qualquer documento desta natureza. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** e tomou uma posição em relação a esta situação, a qual considerava insustentável. Assim, determinou que os líderes das bancadas com assento parlamentar nesta Assembleia Municipal e também de um membro do Movimento Autárquico de Renovação se



reunissessem, pois, ponderava voltar ao procedimento anterior, uma vez que o atual, como se podia constatar, não estava a resultar. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o deputado **Pedro Nunes**, na qualidade de líder da bancada do **Partido Social Democrata**, dizendo que aquilo que lhes parecia estranho era o facto de este mais recente procedimento ter sido definido em comum acordo e, nesse momento, chegar-se ao ponto de ouvirmos ser proferida uma declaração de voto deste teor. -----

----Terminou, manifestando a sua total disponibilidade para reunir com os seus homólogos. Sugeriu ainda que deveriam, igualmente, estar presentes o Sr. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, assim como, a Dra. Carmen da Conceição Santos, uma vez que também tinham estado presentes quando da elaboração do procedimento e, obviamente, o pessoal do apoio técnico. -----

----Em continuação, interveio o deputado **Paulo Grego**, na qualidade de líder da bancada do **Partido Socialista**, manifestando não ter percebido aquilo que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia quis dizer ao referir que se iria voltar ao anterior procedimento. -----

----De seguida, esclareceu que a abstenção da sua bancada se prendia com o facto de não encontrar uma explicação lógica para o lapso temporal existente entre a entrega das atas aos deputados e a consequente sessão da Assembleia Municipal. -----

----Concluiu, expressando a total disponibilidade da bancada que representava para reunir e, assim, ajustar o procedimento que, na sua opinião, aquilo que, em teoria, parecia muito fácil, depois, na prática não era de fácil execução e, deu o exemplo das convocatórias e substituições. Posto isto, pediu que se continuasse a cumprir com o memorando de entendimento, mas que, após as quarenta e oito

horas, quando já não era possível alterar nada, se se podia, só em casos excepcionais e, dentro de prazo acordado por todos, inclusive serviços, comunicar a substituição dos srs. Deputados. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, informando que até à reunião de líderes de bancadas, o procedimento a adotar seria o que estava em vigor e que, quanto à questão das convocatórias de elementos em substituição de outros, o procedimento, a esta relativo, nunca tinha levantado problemas e as suas regras eram cumpridas, logo considerava não haver razões para se tornarem intransigentes nesta questão. -----

----Interveio o deputado **Américo Páscoa (MAR)** declarando que a sua abstenção se devia ao facto de não ter estado presente nessa sessão de Assembleia Municipal. -----

----Interveio o deputado **Tiago Cruz (PSD)** e, reportando-se à intervenção do deputado Paulo Grego, quando este disse que o Município não estaria a cumprir o procedimento definido, aludiu ao mail rececionado, o qual dizia que as atas deviam ser enviadas com uma antecedência mínima de duas semanas, com relação à próxima sessão de Assembleia e que, no prazo de uma semana após receção do documento, deverão os interessados remeter aos serviços, via e-mail, as suas propostas de alteração. Posto isto, salientou não conseguir descortinar em que parte não se estava a cumprir com o procedimento. -----

----De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes do expediente recebido, nomeadamente, uma convocatória, remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, com vista à participação no XXIV Congresso da ANMP, a ter lugar em Vila Real, nos dias 29 e 30 de novembro. -----

----Referiu também que, quanto à proposta sugerida pelo Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota, relativamente ao carácter das Assembleias Municipais, informou que, por acaso, não tinha feito o pedido, mas

sim, recebeu um parecer remetido pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, relativamente à captação e gravação de imagens das mesmas. Continuou, informando que este documento estava disponível para consulta, se assim o entendessem. Contudo, transmitiu a informação mais importante, nomeadamente, a conclusão do parecer, a qual leu e que aqui se transcreve:---

*----«Aliás, e em sentido unívoco, o artigo 79.º, Código Civil, que tutela o direito à imagem – elementar direito de personalidade – dispõe o seguinte: “o retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela (...)” – cf. o nº 1; porém, dispõe o nº 2, o seguinte: “não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente”.-----*

*----Donde, resulta-nos inequívoco não subsistir qualquer resquício de ilicitude sobre a recolha, transmissão e gravação de imagem e som de qualquer reunião de natureza pública e, bem assim, nenhuma necessidade de consentimento do visado – porque tácito e inerente à própria participação, voluntária, na reunião. -----*

*----Sem embargo do que vai dito, e à luz dos mais elementares princípios da transparência, considerando, até, as novas tendências, nomeadamente, no que atine às formas e meios de comunicação atuais – desde logo a comunicação digital, hoje a todos disponível, é nosso entendimento ser boa prática a introdução nos Regimentos desta nova realidade. -----*

*----Uma última reflexão apenas para referir que as gravações de som das reuniões transformam-se ou “constituem-se”, ope legis, em documentos administrativos e, em consequência, livremente acessíveis e acedíveis por qualquer um, em razão do princípio da administração aberta (ou, antes, do princípio do arquivo aberto) e independentemente (da titularidade) de qualquer interesse nesse acesso. -----*

*----Por essa razão, não é legalmente admissível que o órgão cujas reuniões sejam gravadas e conservadas, estabeleça restrições ou denegações ao livre acesso a essas gravações, seja por que motivo seja (designadamente pela sua classificação como outros registos de natureza semelhante a notas pessoais, esboços ou apontamentos de modo a desconsiderá-las como documento administrativo), salvo, naturalmente, pelas razões expressamente previstas na lei: informações que possam por em risco ou causar dano à segurança interna e externa do Estado, matérias em segredo de justiça, documentos nominativos e segredos comerciais, industriais,*

ou sobre a vida interna de uma empresa – cf., por todos, o parecer da CCDRC n.º DSAJAL 67/16.

----Conclusão: -----

----Não nos parece subsistir qualquer resquício de ilicitude sobre a recolha, transmissão e gravação de imagem e som de qualquer reunião de natureza pública e, bem assim, nenhuma necessidade de consentimento do visado – porque tácito e inerente à própria participação, voluntária, na reunião.-----

----Mercê da nova realidade que nos veio trazer a comunicação digital, cremos ser de toda a pertinência a introdução, em sede de Regimento, de normas que a reflitam – o que sugerimos mercê do mais elementar princípio de transparência. -----

----Ao dispor.» -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Presidentes de Junta de Freguesia para as habituais intervenções. -----

----**INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, recordando que tinha sido atribuído e estipulado que havia duas formas de financiamento ou pagamento, consoante o número de intervenções que a junta de freguesia efetuava, uma era através dos acordos de execução e a outra através das despesas correntes. Mais disse que, entretanto, o valor para estas despesas tinha deixado de ser pago. Assim, quis saber o porquê dessa mudança. -----

----Continuou e, tendo em conta a proximidade com a passagem do ano, referiu o péssimo estado em que se encontrava a rua Raúl Brandão, até porque, aí se localizavam unidades hoteleiras e moradias que costumavam ter uma grande afluência na época festiva que se aproximava. Posto isto, questionou se o Executivo equacionava fazer alguma intervenção nesse local. -----

----Inquiriu também para quando o arranjo das estradas com tout-venant, em toda a freguesia, nomeadamente, na Videira, na Barra de Mira e Praia de Mira.

----De seguida, quis saber qual o ponto de situação em relação à recolha de inertes e, conseqüentemente, se esta limpeza estava prevista. -----

----Mais disse ter relatado algumas situações de acumulação de água nas ruas

da freguesia da Praia de Mira, umas por causa da falta de sarjetas, outras porque eram sarjetas sumidouros, como por exemplo, as da avenida Infante D. Henrique, junto à pastelaria *Apolo*, na avenida Arrais Batista Cera, em frente à cafetaria *Corta Sabor*, na qual se acumulava sempre muita água e entupia com muita frequência. Posto isto e, pese embora este último caso fosse um problema estrutural, frisou que tinha de ser resolvido e quis saber como. -----

----Concluiu a sua intervenção tecendo um reparo à falta de manutenção geral na grande maioria dos equipamentos que o município era titular, ou que, pelo menos, tinha algum poder sobre os mesmos, tais como, a Lota da Praia de Mira e o telhado da ponte ciclo-pedonal, à entrada da mesma freguesia. E, nesta senda, falou ainda da manutenção do barco da arte xávega, localizado na rotunda perto da frente marítima, salientando que este era um exemplar único, muito belo e que fazia parte do património. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, **Gabriel Pinho** e alertou que as estradas do Concelho e, em virtude desse tempo chuvoso, estavam a ficar cheias de buracos, logo, era de todo conveniente que se intervesse o quanto antes. -----

----Mais disse continuar a ser muito pressionado pelas pessoas que vivem em habitações cujas ruas ainda são em terra batida e questionou se a empreitada para o alcatroamento das vias públicas já se encontrava em andamento ou, se não, para quando o seu início, pois as pessoas começavam a ficar saturadas dessa situação. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, **Artur Fresco**, referindo-se à ponte pedonal que atravessava Portomar para o Cabeço de Mira, ou vice-versa, na rua do Rio, frisando que, e ainda bem, que as obras se iniciaram, estando nesse momento em fase de conclusão. E, quanto à paragem temporária das mesmas, disse que a explicação já tinha sido dada. -----

----De seguida, falou da Escola Secundária, ou melhor, da rua do Liceu, motivado

por uma conversa com um agente da autoridade, o qual lhe apresentou várias sugestões, nomeadamente, com relação às horas problemáticas, nas quais o trânsito era muito intenso. Mais disse que esta situação também se verificava na rua Óscar Moreira da Silva e era causada, em grande medida, porque os pais se habituaram ou por necessidade, a deixar os filhos à porta da escola, razão esta que condiciona, e muito, o livre fluir do trânsito, principalmente, nas horas de entrada, de saída e almoço. Posto isto, sugeriu que se tomassem medidas preventivas que poderão passar pela implantação de uma rotunda e de sinalização. -----

----Continuou, dando conta de que tinha tido algumas queixas sobre árvores que arderam durante o incêndio de 2017, as quais, nesse momento, se encontravam em perigo de tombar para a via pública e, salientou que não estava só a falar de terrenos públicos, mas também, em terrenos particulares, os quais já tinham ultrapassado os prazos para que os seus proprietários procedessem aos trabalhos de limpeza, inclusive, na margem de segurança, que era obrigatória, mas que ainda continuava por fazer. Assim sendo, considerou que deviam ser chamados à atenção antes que algo de mais grave acontecesse. -----

----Terminou, não sem antes referir que, e aproveitando a presença de público, nomeadamente, dos habitantes do Cabeço de Mira, os trabalhos de limpeza que eram feitos naqueles passeios não eram da competência da Junta de Freguesia de Mira mas, todas as vezes que o foram, tinha sido esta a responsável. Assim, assegurou que a localidade do Cabeço de Mira não estava esquecida e que a junta de freguesia que representava não tinha nenhuma preferência de uma aldeia em detrimento de outra qualquer. -----

**----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA):-----**

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e, quanto à questão das despesas correntes, disse que iria ver o que se passava, mas garantiu que se tinha a intenção de as pagar, às juntas de freguesia, até final do corrente ano. -----

----Com relação à rua Raúl Brandão, informou que a sua intervenção estava adjudicada e iria ser feita. Contudo, nesse momento, não conseguia adiantar uma data. -----

----Relativamente às estradas em tout-venant, disse que se iria fazer um levantamento identificativo das ruas referidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos. -----

----Quanto à recolha de verdes e de inertes, informou que se estava a preparar uma intervenção nessa área. Acrescentou que já se tinha limpo a área adjacente aos armazéns municipais, já se tinha enviado às juntas de freguesia um mail contendo a informação necessária de como proceder e, muito em breve, será apresentada uma solução para este tipo de problema, em conjunto com as juntas de freguesia. -----

----Em continuação, referiu-se à situação da acumulação de águas pluviais, analisando as então referidas, com vista à sua pronta resolução, assim como, de todas as outras, dentro da disponibilidade dos serviços. -----

----Em relação à ponte pedonal, assumiu que esta realmente tinha um problema, o qual estava identificado e mapeado no âmbito da tempestade Leslie e informou que a sua reparação estava para muito breve. -----

----Em relação à Lota, asseriu que a intervenção que esta carenciava não era de fácil resolução, devido à sua dimensão. Contudo, esta irá ser feita. -----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, informou que as estradas serão reparadas no decorrer do próximo ano. Contudo, lembrou que, por muito que se quisesse, seria impossível alcatroar e

pavimentar todas as que precisavam, mas, ir-se-ia tentar fazer o máximo possível, sendo prioritárias as que ainda estavam em terra batida e que serviam casas habitadas. -----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, informou que também já tinha conversado com o mesmo agente de autoridade sobre o problema do trânsito à entrada das suprarreferidas escolas, tendo-se equacionado a colocação de uma rotunda ou de algo que resolva essa periclitante situação. -----

----Quanto às queixas relacionadas com as árvores, confirmou essa realidade e informou que, há cerca de quinze dias, tinha saído um edital a avisar os proprietários particulares para que procedessem ao corte das árvores que constituíssem perigo, dentro de um prazo limite e, os que não o fizessem, seria o município a fazê-lo. -----

----Interveio, ainda, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, questionando se se iria proceder à limpeza dos inertes acumulados no MiraOásis, acrescentando que havia partes que estavam muito más. Mais disse que, quanto às estradas em tout-venant, reforçou que todas, mas mesmo todas, estavam a necessitar de intervenção. -----

----Em continuação, o Sr. Presidente da Junta de freguesia de Carapelhos, **Gabriel Pinho** pediu para que as estradas dos Carapelhos fossem também intervencionadas. -----

----Em resposta a estas duas últimas intervenções, o Sr. **Presidente da Câmara** prontamente explicou que, em relação às estradas em tout-venant, primeiro tinha de se as classificar, para então depois, proceder à sua reparação. -----

---- Com relação à questão do MiraOásis, disse que essa limpeza de inertes tem sido feita pela Junta de Freguesia, mas, se esta não o fizesse, os serviços camarários passariam a fazê-la.-----



----Interveio, novamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota** e sobre a limpeza de acumulados de vegetações no MiraOásis, explica como eram realizadas estas intervenções. Eram feitas pela Junta de Freguesia e os materiais recolhidos levados para os armazéns Municipais, isto era realizado com a concordância do Município. Deixaram de realizar esta recolha, simplesmente porque já não é possível levar estas matérias para nenhum espaço Municipal e assim, mesmo pretendendo ajudar as pessoas e a Câmara Municipal, não têm local para onde levar os inertes. Deste modo, tem de ser o Município a encontrar respostas, pois a competência sempre foi sua. -----

--- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. **Américo Páscoa (MAR)**, que iniciou a sua intervenção atribuindo uma nota de louvor pela colocação de mais ecopontos em vários pontos do concelho, facilitando e criando, deste modo, as condições necessárias para que se possa reciclar, reduzindo assim, o impacto ambiental. -----

----Quanto ao assunto das refeições escolares, manifestou o seu agrado em saber que a Câmara Municipal o estava a acompanhar de perto, com vista à melhoria na qualidade da alimentação dos alunos, em especial, dos alunos do Agrupamento de Escolas de Mira. -----

----De seguida, referiu-se à oferta educativa no concelho, considerando que este era um ponto pertinente para os jovens alunos. Importante também será o adequar dos cursos profissionais, o mais possível, à realidade do nosso concelho. Mais disse que, neste aspeto, a Câmara Municipal podia ter um papel

fundamental. -----

----Relativamente ao saneamento e às famigeradas descargas, sugeriu que se fizesse uma pressão conjunta, junto das entidades competentes ou, até mesmo, recorrendo a um comunicado ao Ex. Sr. Presidente da República. -----

----Quanto às obras de manutenção do concelho, disse que, muitas delas eram feitas de forma pontual, considerando que este não era o melhor método, pois, tinha de haver uma regularidade neste tipo de trabalhos, ficando mais económico e beneficiando os recursos naturais. Solicitou ainda que a sinalização dessas intervenções fosse feita mediante um pré-aviso, com algum distanciamento da mesma. -----

----Em continuação e aludindo a uma questão já abordada por um dos elementos presentes nesta Assembleia e, que também fazia parte das suas preocupações, tinha que ver com as reclamações originadas pela qualidade da água, sugerindo que se iniciasse a resolução deste problema, primeiro por localidades, para progressivamente, acabar com ele na totalidade. -----

----Concluiu, solicitando que se aumentasse a capacidade das comunicações no Polo I pois, o sinal de internet não era de qualidade, assim como, também os seus acessos precisavam de ser melhorados. -----

----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes (PS)** parabenizando o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, pelo lançamento do projeto CRO, pois considerava que o papel da oposição não era só apontar o que estava menos bem, mas também, elogiar o que era ou estava bem feito. Mais disse que este tinha sido lançado e que ficavam a aguardar a execução da obra. -----

----De seguida, cumprimentou os representantes da Associação Amigos dos Animais – Abrigo de Carinho, quer por todo o trabalho desenvolvido nesta área, quer pela persistência manifestada, tanto no orçamento participativo, como no continuar a acreditar, permanentemente, que era possível levar este projeto a bom porto, pese embora os entraves burocráticos. Questionou ainda, embora

soubesse que era uma questão elementar, se a titularidade do terreno tinha ficado tratada antes da apresentação do projeto. -----

----Relativamente ao orçamento participativo, quis saber qual o ponto de situação do projeto do Centro de Dia da zona sul, até porque, este era um projeto mais antigo, referente a um outro orçamento participativo anterior ao que já aqui se tinha falado. Posto isto, perguntou porque não seria aqui de adotar a mesma atitude proactiva de o Executivo tentar, através de projeto semelhante, fazer com essa associação, também o mesmo género de protocolo, visto que a sua concretização tardava em acontecer. -----

----De seguida, deu conta de que, no dia anterior, a comunicação social tinha noticiado que, catorze municípios iriam rearborizar e passou a citar: *“A EDP Distribuição doa árvores aos 14 municípios que participaram no concurso ‘Preservar a Natureza’, com o intuito de rearborizar mais de 300 hectares nos concelhos mais fustigados pelos incêndios de 2017 e 2018. Oleiros, Vila de Rei, Figueira da Foz, Seia, Castro Daire, Gouveia, Nelas, Lousã, Vouzela, Tondela, Vila de Vila Nova de Poiares, Alvaiázere, Leiria e Mação foram os municípios com as candidaturas aprovadas pelo júri constituído pela EDP Distribuição e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). -----*

----*A entrega de espécies autóctones, no valor global de 250 mil euros, ficou a cargo da EDP Distribuição, tendo os municípios a responsabilidade de preparar os terrenos e concretizar a sua reflorestação. -----*

----*Com este tipo de iniciativas, a EDP Distribuição visa potenciar a preservação da biodiversidade e do património natural.” -----*

----Com isto, pretendia saber se o Município de Mira tinha participado neste concurso, para tentar receber este apoio. -----

----Seguidamente, fez referência a uma notícia veiculada pela *Agência Lusa* e também pelo jornal *Público*, de dia onze de novembro de 2019, os quais noticiavam que Coimbra era o distrito que atribuía mais apoios às famílias e, passou a citar: *“Apenas cinco dos dezassete municípios do distrito de Coimbra não foram distinguidos com a Bandeira Verde do Observatório das Autarquias Familiarmente -----*

*Responsáveis. Entre as medidas valorizadas estão os apoios ao nascimento, pagamento de creches e jardim-de-infância, participação de consultas de oftalmologia e apoio à aquisição de óculos, bancos de medicamentos e participação de medicamentos, oferta de vacinação fora do Plano Nacional de Vacinação, cantinas sociais e cantinas escolares abertas durante os períodos de pausas escolares, e transportes escolares gratuitos até ao 12º ano.” -----*

-----Posto isto, questionou se havia alguma boa razão para o Município de Mira não ter sido distinguido por este Observatório independente. Inquiriu ainda qual o esforço que o Executivo Municipal equacionava fazer, no âmbito do Orçamento Municipal, ora em apreço, para que o município passasse a apoiar mais as famílias que decidissem viver e formar família no Concelho de Mira. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Carlos Nora (PS)** questionando em que ponto estava o pagamento do subsídio às associações, referente a 2018. Disse ainda ser de todo conveniente que estas devessem entregar todos os documentos que atestassem a sua atividade. -----

----De seguida, felicitou o Executivo pelo trabalho que tem vindo a realizar nos antigos Viveiros da Praia de Mira. -----

----Quanto à Lota da Praia de Mira, reforçou as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e constatou que esta estava deveras degradada. Falou também do Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira, o qual também necessitava de melhoramentos, assim como, a realização de passeios, na estrada de acesso a estas infraestruturas, deveria ser uma prioridade. -----

----Referiu ainda que, no Areal, na travessa das Quartas, deveria haver um sinal STOP, ou melhor, esta deveria ser uma via de sentido único. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Adolfo Maçarico (PS)** parabenizando o Executivo pela intervenção nos viveiros da Praia de Mira, pois era uma obra há muito ansiada. Mais disse esperar que os trezentos e tal mil euros fossem bem gastos.-

----Ao referir-se aos contratos públicos on-line, constatou que aí se encontrava uma empreitada referente a um passadiço no parque de merendas da Lagoa de Mira, num valor de 88 mil e 400 euros. Este contrato era de dia quinze de julho de 2019 e tinha um prazo de execução de sessenta dias. Posto isto, quis saber a que obra se referia. -----

----Por fim, mencionou a questão dos pinos na Praia de Mira, questionando a razão da sua manutenção, pois estava mais do que provado que estes não funcionavam e que não tinha sido uma boa ideia. -----

----Interveio o Deputado **Paulo Grego (PS)**, dizendo que todos os deputados desta Assembleia tinham recebido, no passado dia vinte e oito de outubro, um mail que dava nota da recusa da providência cautelar e, no final deste, havia uma referência a que *“oportunamente daremos conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> de todo o conteúdo enviado pelo Tribunal Administrativo”*. Assim, questionou se já era oportuno e, se não, quando o seria, pois continuavam a aguardar conhecimento sobre a explicação para a renúncia da mesma. -----

----Referiu também que, nos últimos tempos, tem sido usual a Câmara Municipal ser obrigada ao pagamento de danos, ao abrigo do seguro de responsabilidade civil, extracontratual. Com isto, quis saber qual o valor, em média, que se tinha gasto neste âmbito, nos últimos três ou quatro anos. Questionou ainda se alguma vez se tinha equacionado a possibilidade de fazer a contratação de um seguro que cobrisse este tipo de danos, que lhe parecia não serem nada baratos. -----

----Concluiu, mencionando que parte do empréstimo que ali tinha sido aprovado já estava a ser usado. Assim, gostaria de saber para que obra se destinou e se seria possível indicar o montante exato que já teria sido gasto. -----

----Interveio ainda o Sr. Deputado **Pedro Nunes (PSD)** e, com relação aos pinos, esclareceu que os problemas deles derivados, podiam não se prender com a ocorrência de acidentes, mas sim, com atos de vandalismo. Posto isto,

perguntou se, sobre este assunto, já tinha sido feito algum auto de participação à GNR. -----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Américo Páscoa e disse que, quanto aos Ecopontos, aguardavam a colocação de mais. -----

----Em relação à alimentação escolar, salientou que estava a ser feito um grande esforço pela Sra. Vereadora Madalena Santos e pelos técnicos, no acompanhamento destas, assim como, da oferta educativa, sendo óbvio que o Conselho Geral da Educação será o local indicado para se tratar este tipo de questões e no qual a Câmara Municipal tem tido uma participação ativa, sugerindo aqueles que se julgavam ser os melhores percursos formativos. -----

----Quanto às descargas, referiu ser do conhecimento público qual a posição do Município, a qual se refletiu na solicitação de uma audiência à Sra. Secretária de Estado do Ambiente e também aos grupos parlamentares, para que lhes fosse dado conhecimento desta situação. Mais informou que também, recentemente, se tinha tido uma reunião com a empresa das Águas do Centro Litoral, na qual foi discutida a matéria e ficando já agendada uma outra. Nestas reuniões, tentava-se encontrar medidas transitórias de mitigação do problema, assim como, serviam para se fazer o ponto da situação e encontrarmos todos juntos e o quanto antes, uma solução definitiva. -----

----De seguida, informou que, quanto ao aumento da capacidade de comunicação do Polo I, estava adjudicada e prevista, no Tribunal de Contas, esta obra, a qual contemplava todas as intervenções em matéria de

telecomunicações. -----

----Continuou, explicando ao deputado André Gomes que a questão do CRO, fruto do trabalho de vários anos e que a titularidade do terreno, como era óbvio, estava assegurada através de um contrato de arrendamento com a Direção Regional da Agricultura, a qual era a titular. -----

----Em relação ao orçamento participativo do Centro Sul, informou que se estava a aguardar a entrega de documentos para se proceder ao pagamento. -----

----Quanto à questão da EDP, esclareceu que a reflorestação das “nossas” florestas era da responsabilidade de gestão do ICNF, o qual estava a elaborar um plano de reflorestação. -----

----Quanto ao Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis explicou que, apenas não se fez a candidatura porque o Município já se encontrava a cumprir uma série de apoios, nomeadamente, o apoio da redução de IMI, a famílias numerosas, o apoio nas refeições escolares e nos passes escolares, a atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior, entre outros. Disse ainda que as medidas de apoio à natalidade, na sua perspetiva, passavam mais pela fixação de emprego e empresas, do que por pequenos e simbólicos apoios. -----

----Em resposta ao deputado Carlos Nora e, no que dizia respeito à atribuição de apoios às associações, reafirmou que lhes era solicitado a entrega de uma série de documentos, por forma a poderem beneficiar desse apoio. -----

----Quanto aos passeios junto à lota e ao sentido único na rua das Quartas, disse ter tomado nota. -----

----Em relação aos passadiços do Parque de Merendas da Lagoa, esclareceu que a obra estava adjudicada e que tinha sido pedida uma prorrogação do prazo de execução da mesma e que esta estava a ponto de se começar. Tratava-se da execução de um passadiço junto à Quinta da Lagoa e que terminava junto à barragem da Lagoa. Em suma, seria fechar toda a lagoa com este passadiço

pedonal, o qual incluiria duas pontes. -----

----Relativamente à questão dos pinos, questionou o porquê de este projeto estar mal feito, ou seja, em quê que estava mal concebido porque, a seu ver e na opinião de técnicos competentes na área, isto estava bem feito. Mas, claro era que estava disponível, sempre, para ouvir outras soluções, com vista a garantir a segurança rodoviária. -----

----Em resposta ao deputado Paulo Grego e, em relação à providência cautelar, assegurou que se daria conhecimento de todas as movimentações. -----

----Quanto aos valores relativos aos danos de responsabilidade civil extracontratual, disse já os ter solicitado e que, posteriormente, seriam entregues aos Srs. Vereadores do Partido Socialista. Disse ainda que também já se tinha pedido a cotação para esse seguro, o referido pelo vereador. -----

----Reportando-se ao assunto do empréstimo, disse que este já tinha sido e estava a ser usado e só o podia ser nas obras que tinham sido identificadas, nomeadamente, nos balneários desportivos do Ala-Arriba e nas obras de manutenção das pistas pedonais. Frisou, porém, que deste apenas tinha sido usada uma pequena parte. -----

----Em resposta à questão colocada pelo vereador Pedro Nunes, respondeu que não tinha havido nenhum auto de participação à GNR. -----

---- Interveio o Sr. Deputado **André Gomes (PS)**, dizendo que o Sr. Presidente não lhe tinha respondido totalmente às questões anteriormente colocadas. Nomeadamente se o apoio da EDP Distribuição à Câmara Municipal não aconteceu porque o espaço é gerido pelo ICNF, qual a lógica de as iniciativas de voluntariado Municipal desenvolvidas naqueles mesmos espaços não serem interpretadas da mesma forma? Relativamente à questão da atribuição do galardão da Bandeira Verde das Autarquias Familiarmente Responsáveis, pergunta se concorreram ou não? -----



-----Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** disse que nas situações de intervenção nas áreas de responsabilidade do ICNF o Município para realizar ou colaborar em alguma coisa, antes tem de fazer o pedido de autorização ao ICNF. Sobre ao processo das Autarquias Familiarmente Responsáveis não submetemos qualquer candidatura.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao “Período da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção, salientando o facto de, nesse momento, já não existirem pagamentos em atraso e de se esperar chegar, ao final do corrente ano, nesta mesma situação, assim como, com os compromissos por pagar. -----

----Quanto à questão dos empréstimos, informou que havia uma parte do mesmo que era paga naquele ano em que tinha de se fazer refletir, ou seja, era só a parte amortizada que estava refletida no documento em apreço. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. Deputado **Paulo Grego** (PS) dizendo que, mesmo apesar do esforço, constatou que na página 48, não conseguiu ficar a saber qual o número exato de utilizadores da piscina municipal, pois o quadro estava muito pouco explícito. Mais referiu que, no documento em apreço e até à página 25 estava

tudo muito bem, mas a partir daí, as figuras não batiam certo, nem com a legenda, nem com o texto. Posto isto, disse que ainda era preciso melhorar um pouco mais. -----

----Continuou, mencionando as páginas 16 e 17, nota c), início de ano letivo, a qual referia que tinham sido feitos oito contratos de tarefa para oito auxiliares. Posto isto, questionou o porquê desta metodologia para as assistentes operacionais, nas escolas, em diferença para o parque de campismo. -----

----De seguida, constatou que o número de compromissos por pagar tinha diminuído, mas só desde o mês de agosto, pois se comparado com o período homólogo, verificava-se que tinham aumentado. -----

----Mais disse ser um facto que a taxa de execução da receita estava mais alta, em relação ao ano transato, o que era um bom sinal. Contudo, a taxa de execução da despesa estava mais baixa e era a mais baixa desde os últimos quatro anos e acrescentou que a justificação apresentada era bastante criativa.-

----Por fim, referiu um dado que o entristecia e preocupava e que tinha a ver com, dentro da taxa de despesa, verificar que esta estava mais baixa, não sendo muito alarmante, mas sim, a taxa de execução da despesa de capital, pois era aquela com que a Câmara podia melhorar as condições de vida dos habitantes do Concelho. Mais disse não auspiciar, neste assunto, grandes melhorias. Deixou ainda uma nota para a diminuição da dívida a terceiros e a curto prazo, realçando que há muito tempo isto não acontecia, porém, com o contrair do empréstimo, a dívida a médio e longo prazo, pela primeira vez ao longo do presente mandato, tinha aumentado. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Francisco Reigota** (PS), referindo-se a uma anterior sessão de Assembleia, na qual questionou sobre os processos que diziam respeito a “objeto de denúncia dos vereadores da oposição, do PSD, arguido: Câmara Municipal” e, um dos processos era o número 41/10 e o outro, o número 19/2012. Mais disse que, nessa mesma sessão, não tinha obtido resposta.

Assim, gostaria de saber de que processos se tratada e qual o ponto em que se encontravam. -----

----Relativamente ao complemento, disse já terem sido apresentados alguns ranking's que não dignificavam muito o Município. Mais disse ter um outro a apresentar e que tinha muito a ver com a questão dos pagamentos em atraso, com dívidas a terceiros e com a situação económica da autarquia. Mais constatou que, realmente, a situação económica, apresentada no relatório em apreço, tinha melhorado, nos parâmetros já referidos pelo deputado Paulo Grego, mas se se fosse verificar o que tinha acontecido no ano de 2018, era pior, pois como referia o Anuário Financeiro de 2018, 12% dos municípios ainda pagavam a mais de noventa dias. No momento atual, o Município de Mira conseguia fazer parte do grupo dos piores pagadores. Ainda nesse ranking, verificava-se que a Câmara Municipal, em 2013, pagava a 111 dias e que, em 2018, pagava a 104 dias, acrescentando que pouco tinha mudado. Acrescentou saber que a gestão praticada não iria trazer frutos, no imediato, mas sim, somente passado algum tempo. -----

----Comentou ainda que, após uma análise mais atenta, constatou que, em 2013, havia 115 municípios que pagavam acima dos 90 dias e que apenas 36 municípios, em 2018, pagavam acima de 90 dias, facto que não era muito dignificante para o Município. -----

**----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, iniciando por referir que se estava no caminho certo e que este relatório traçava indicadores que o comprovavam, ou seja, o que foi dito era que a despesa corrente, a fornecedores, tinha baixado

em muito, nos anteriores três meses, assim como, também os compromissos por pagar tinham diminuído. Mais disse que a justificação já tinha sido apresentada no início desta sessão. -----

----Continuou, mencionando que era muito difícil ter uma taxa de despesa de capital grande, pois os obstáculos eram mais que muitos até que se conseguisse executar uma obra, quer por pareceres, quer por concursos públicos ou quer por causa de uma série de questões que eram levantadas, as quais dificultavam em grande medida, a execução dessas despesas. Contudo, disse considerar que se estava num ponto de viragem porque as obras que estavam adjudicadas, as que estavam em execução, as que aguardavam visto do Tribunal de Contas e as que estavam na forja, todas iriam permitir aumentar, muito provavelmente até final do corrente ano, essa taxa de execução de despesas de capital, pois estavam lançadas. -----

----Com relação ao ranking e às dívidas a terceiros, estas tinham diminuído. Mais disse que a questão do ranking e dos 104 dias e, após análise mais atenta, os dados da prestação de contas e da DGAL diziam que o Município, a 31/12/2018, apontavam para 97 dias. Informou ainda que o prazo de médio de pagamento, no momento atual, era de 86 dias e as expetativas eram de que este número baixasse ainda mais até final deste ano. -----

----Posto isto, concluiu que aquilo que este relatório aqui trazia era a constatação de que não havia pagamentos em atraso e que se tinha conseguido baixar o número de compromissos por pagar, em 2 milhões de euros, indicador de que a tendência era de diminuição desses mesmos indicadores, esperando assim continuar. -----

----Disse ainda que a contratação de pessoal, em regime de tarefa, tinha a ver com o facto de estas pessoas só poderem também fazer este tipo de contrato durante um determinado período de tempo, para além de que era mais vantajoso para as mesmas. -----

----Quantos aos processos do MiraVillas e do MiraOásis, informou que não havia nenhuma notificação de que se tivesse conhecimento, nos últimos sete ou oito meses. Mais disse apenas ter havido, há alguns meses, uma solicitação do Ministério Público, pretendendo saber o que o Município andava a fazer e, ao qual foi respondido que se andava a proceder a uma alteração ao Plano de Pormenor do MiraVillas e do MiraOásis. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

**----PONTO DOIS: Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2020, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -----**

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

**----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção dizendo que sobre este ponto já muito se tinha dito e esclarecido, no período de antes da ordem do dia, no período de discussão do relatório. Contudo, explicou que este era um orçamento elevado e tinha aumentado em relação ao do ano anterior, em cerca de 2 milhões de euros, mas este facto tinha várias justificações, as quais estavam explanadas no documento ora em apreço. Referiu ainda que se tinha, em obras aprovadas por fundos comunitários e em obras lançadas por fundos comunitários e preparadas, em adjudicação e em visto do Tribunal de Contas, cerca de 4 milhões de euros. Em continuação, passou a elencá-las: ampliação das infraestruturas da zona industrial, Polo I; manutenção do ecossistema dunar da Praia de Mira; reabilitação e reconversão de estrutura abandonada (antigo mercado de Mira); requalificação dos viveiros da Praia de Mira; dinamização do conceito “Praia de Mira, uma aldeia de mar” e, reabilitação e modernização do

mercado da Praia de Mira. Com isto, disse estar a falar-se de um montante de 3 milhões e 905 mil euros, o qual passou de financiamento não definido para financiamento definido. Para além disto, no empréstimo, estavam ainda, 1 milhão e 300 mil euros, lançado de concurso público, também, para visto do Tribunal de Contas, destinados ao asfaltamento, passeios e recuperação da rede viária. ----

----Falou ainda das obras que estavam na fase de financiamento não definido, mas sobre as quais recaíam expectativas favoráveis de que fossem aprovadas e executadas, pelo menos, o início da sua execução, em 2020. Eram estas, a ampliação da zona industrial do Montalvo, o Mobilidade Mais, para a freguesia da Praia de Mira, a requalificação dos parques de estacionamento do lago do Mar e da praia do Poço da Cruz e a valoração da memória da Barrinha. -----

----Mencionou ainda, obras que não estavam em financiamento definido, mas que estavam para ser executadas, nomeadamente, o CRO, a continuação e a 2.ª fase dos balneários de Estádio Municipal, entre outras que iriam ser executadas pelo orçamento municipal, tal como, a rotunda do matadouro, não esquecendo as que estavam a ser executadas em parceria com a CIM. -----

----Em matéria de recursos humanos e, relativamente ao mapa de pessoal e às despesas com pessoal, mencionou que este tinha um aumento de cerca de 200 mil euros, o qual tinha a ver com as atualizações salariais, as progressões na carreira, o resultado da aplicação efetiva do SIADAP, assim como, o aumento do salário mínimo.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Deputado **Américo Páscoa** (MAR) referindo que se devia tentar rentabilizar os recursos humanos existentes para reduzir, ao máximo, as despesas com pessoal e investir mais na área da manutenção dos espaços do

Concelho e, conseqüentemente, nos recursos naturais, por forma a atrair mais visitantes. -----

----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes** (PS) mencionando a página 7 do documento ora em apreço e disse que, sobre a passagem de ano 2019, em parceria com a RFM, tinha ficado com a ideia errada de que o seu anúncio seria uma parceria com a já referida rádio, em que esta receberia a oportunidade de dar o nome a este evento e, em troca, existiria também a publicidade ao evento, por parte desta rádio nacional. Porém, manifestou ter ficado muito surpreendido ao constatar que a Câmara Municipal tinha pago 9 mil euros à RFM, por conta da divulgação do evento de fim de ano. Mais disse não ter visto esta contrapartida em mais nenhum acordo, nos anos anteriores, e questionou se, neste ano, as condições acordadas para a organização da festa de fim de ano tinha sofrido alterações, em relação aos anos transatos. -----

----Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, do ano de 2020, página 4/7, no CRO, previa-se, no somatório dos vários anos, 400 mil euros. Com isto, solicitou esclarecimentos, uma vez que essa obra tinha sido lançada e apresentada por 280 mil euros, sobre a que se devia esta diferença de valores.

----Ainda no mesmo documento, mas na página 1/7, referiu a rubrica reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho, no valor de 450 mil euros e questionou se realmente se pretendia reabilitar este edifício ou se, finalmente, se iria dar seguimento a uma ideia já existente há muito tempo, de se fazer um edifício novo, de raiz. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Carlos Nora** (PS) inquirindo se realmente estava previsto para 2020, a requalificação do espaço da feira de Portomar. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Francisco Reigota** (PS) questionando, nas obras financiadas, qual a percentagem que era da responsabilidade do Município, como era paga, ou seja, se o Município recorria a financiamento junto de terceiros, para assumir essa parte. Mais disse que, atualmente, o Município e,

referindo-se à rubrica ou à componente económica, rendimentos de propriedade, a que era que estes correspondiam. -----

----De seguida, reportou-se à página 13 do documento em apreço e questionou quais eram as fontes de receita aqui referidas. Na página 24, quando se falava do IMI, observou e considerou que não era correto a comparação entre valores, do ano de 2018 e 2019, uma vez que as regras, a esses relativas, tinham mudado. Mais constatou que, nos impostos indiretos se estava a perder receita, em quase todas as rubricas, sendo que, a única que mantinha valores positivos, no total, era a de loteamentos e obras. Referiu ainda e, sabendo que existiu um aumento significativo de obras, fruto das regras do POOC, perguntou se seria expectável que, neste campo, também se mantivesse esta receita cobrada, nos próximos orçamentos. Acrescentou que ao ler a página 59 e na parte referente à proteção civil, considerava que se estava a desrespeitar, um pouco, todos os agentes envolvidos nesta área, durante os anos anteriores ao mandato atual. --

----Iniciando, neste momento, uma análise mais generalista ao orçamento, referiu que este e as opções ao plano para 2020, era um documento que comprovava todas as suas piores suspeitas de que se estava no caminho errado, em termos de gestão e de sustentabilidade. Revela uma gestão pouco rigorosa, sem capacidade de gerar receitas, algo despesista, com investimentos de opções discutíveis, sem prioridades definidas e com uma comunicação habilidosa, mas pouco rigorosa. Mais disse que este orçamento era o mais egoísta e o mais eleitoralista de que havia memória de entre os mandatos deste Executivo. O Orçamento para 2020 prevê um aumento de 3,8 milhões de euros e este aumento é alavancado maioritariamente através de recurso a financiamento extremo e que só irá começar a ser pago no mandato 2021-2025, empurram os pagamentos para outros anos. Se o aumento fosse provocado por receitas próprias, geradas pelo Município, era um aumento compreensível. Mas neste caso estão unicamente a investir porque endividam cada vez mais a



autarquia, e o Município daqui a uns anos vai sofrer por causa desta forma de atuar. Mais grave é estarem a investir dinheiro em zonas que terão de ser novamente intervencionadas no futuro, como por exemplo algumas estradas que terão de ser novamente esburacadas para passarem as condutas de água e saneamento. Posto isto, questionou se, no próximo ano, seria possível manter estes valores no orçamento. -----

-----Disse ainda que se tentou fazer passar a mensagem de que o Município tinha menos funcionários e os dados até o podiam revelar, mas, queria isso dizer que estavam, realmente, a colocar e a contratar menos pessoas, manifestando a sua incerteza, pois, atualmente, o Município gastava com pessoal um valor record de 4 milhões 651 mil e 323 euros, é um aumento de 833 000,63 euros desde 2014. Este aumento não corresponde unicamente à inflação ou à subida do ordenado mínimo nacional, neste valor também estão as opções políticas do executivo liderado por Raul Almeida, como por exemplo: os reposicionamentos das carreiras, novas contratações, os chamados precários, o executivo mais caro da Câmara Municipal, o Gabinete de Apoio ao Executivo mais caro da história da Câmara Municipal, etc. Todos estes valores terão de ser pagos e vão ser muito pesados para os mirenses, se não fosse tão grave podíamos desvalorizar, mas assim temos de alertar para tal situação e terá de ser considerado.-----

----- Referindo ainda as despesas com a AIBAP, com o CLDS 4G, entre outras, e as formas de pagamento de mão de obra contratada, as quais não estavam refletidas nesta rubrica de pessoal. -----

-----Interveio o Sr. Deputado **Paulo Grego** (PS) mencionando que muito do que tinha para dizer já tinha sido apurado. Porém, e referindo-se à ata aprovada, a qual se referia ao período homólogo de 2018 e mencionou que as coincidências eram mais que muitas. De qualquer forma e voltando a uma discussão que, no seu entender, lhe parecia estéril, sobre a definição de capitais próprios, mas era

certo que nunca se podia considerar o capital de um empréstimo como sendo um capital próprio, concluindo que, o empréstimo era um capital alheio. -----

----De seguida, concordou que realmente este era o maior orçamento dos mandatos deste Executivo, mas era suportado no endividamento, sendo este o fator de maior preocupação. -----

----Mais disse que, para além de todas as outras rubricas a que os seus colegas fizeram referência, tinha de mencionar o seu não entendimento com o aumento na receita dos serviços desportivos, por muito que se tenham atualizado tarifas e afins. Assim, questionou como era possível aumentar em 100 mil euros, a receita, nesta rubrica. -----

----Interveio o Sr. Deputado **Pedro Nunes** (PSD) esclarecendo que, quanto ao endividamento e, segundo o sr. Deputado Paulo Grego, parecia que se tinha cometido um crime de lesa a pátria, ter-se feito o empréstimo que, como estava mais do que demonstrado, iria servir para proporcionar melhores condições de vida às populações que mais delas precisassem. Mais disse ter ouvido, da parte do sr. Presidente da Junta da Praia de Mira, palavras que o entristeceram, nomeadamente, ter apelidado este orçamento de egoísta e eleitoralista. E, salientou que, conforme se podia constatar no documento em análise, parte deste dinheiro iria servir para financiar um grande número de obras na freguesia da Praia de Mira. -----

----Concluiu, declarando que era honroso candidatar e preparar candidaturas. Disse ainda que considerava este orçamento, o qual se pautava pela coerência, pelo rigor e transparência, mas também era um orçamento arrojado, por ter aumentado, cerca de 15 % do valor, em relação ao ano de 2019. -----

**----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** iniciando por se referir à passagem de ano e à RFM, esclareceu que, nos anos anteriores, o custo era de 5 mil euros e por isso não tinha de ser publicado na plataforma Vortal. Mais disse que no presente ano tinha havido um aumento, assim como, houve também uma diferença na participação da Região de Turismo do Centro, a qual passou a ter uma outra forma de participação neste evento. -----

----Quanto ao CRO, explicou que só agora se tinha podido apresentar valores exatos, pese embora, ainda faltassem algumas especialidades. -----

----Relativamente à obra dos Paços do Concelho, referiu que era o edifício da Câmara Municipal e informou que se pretendia candidatá-la a um programa quadro, financiado a 60% pelo orçamento de Estado e aprovado pela Secretaria de estado das Autarquias Locais, para equipamentos e a municípios que assim o entendessem. -----

----Com relação à requalificação da feira de Portomar, disse que esta estava incluída no concurso público dos asphaltamentos e pavimentações. -----

----No que às fontes de receita dizia respeito, esclareceu que estas se referiam às rendas do Lodge Park e de antenas. -----

----De seguida, admitiu a omissão de 19 de janeiro de 2013 e admitiu a correção.

----Em resposta ao deputado Paulo Grego e referindo-se à parte em que este disse que a sua intervenção era igual à do ano passado e frisou que isto o deixava orgulhoso, porque era indiciador de que a linha estratégica e de pensamento que tinha há um ano se mantinha, logo era constante e exequível.

----Mais explicou que o argumento, apresentado pela oposição, de que este orçamento estava alavancado pelo empréstimo, não era verdade, até porque a execução do empréstimo era de cerca de 1 milhão e 500 mil euros, mas, a verdade era que estava alavancado nos fundos comunitários. E, também não

era nenhum pecado capital estar-se alavancado por empréstimos, uma vez que, este Executivo tinha andado, durante seis anos, a pagar um empréstimo que não tinha contraído e que, no fim destes, tornou-se a ter capacidade para poder contrair um novo, se assim se entendesse. Mais, lançou um repto, se se achava bem que se tivesse disponível uma ou várias janelas de oportunidade, as quais proporcionariam melhores condições de vida às populações e, delas se abrisse mão, apenas por medo ou receio de contrair um empréstimo. -----

----Em continuação, explicou que o aumento exponencial de custos com pessoal tinha muito a ver com a política dos últimos quatro anos, ou seja, com a política laboral da geringonça, a qual permitiu as progressões nas carreiras, o aumento do salário mínimo e as atualizações salariais, no âmbito do SIADAP. Mencionou ainda que, quanto à Incubadora de Empresas, esta apenas tinha uma funcionária desde o início e que esta nem era quadro da Câmara, mas sim, da AIBAP; relativamente ao CLDS, explicou que este acontecia em parceria com a AD ELO e que os seus funcionários não tinham qualquer ligação com o Município. -----

----Prosseguiu, reiterando que o número efetivo de funcionários diminuiu. Mais disse que, muito provavelmente, no próximo ano, o orçamento que aqui vier, em despesas do pessoal, irá aumentar muito mais, assim como o número de funcionários, ambos fruto da transferência de competências. -----

----Quanto à questão dos serviços desportivos, informou que estes tinham regras próprias, feitas por previsão e pelos técnicos, os quais chegaram àqueles valores por aplicação do tarifário. -----

----Concluiu, frisando que este era um orçamento arrojado, mas que era reflexo da sua realidade, da continuidade e, era também a transparência daquilo que tem sido a política deste Executivo. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Deputado **Francisco Reigota** (PS) dizendo não lhe terem sido respondidas algumas questões, nomeadamente, se nas obras financiadas, o Município estava a contrair algum financiamento. Quis também saber o que eram os rendimentos de propriedade e quais eram as fontes de receita que faziam a sustentabilidade do orçamento. -----

----Mais disse que, em relação aos impostos indiretos, obras e loteamentos, também questionou se seria expectável que estas receitas fossem diminuir, substancialmente, porque as obras tinham sido iniciadas, por exemplo, na freguesia da Praia de Mira e essas, mais ano, menos ano, iriam ficar com as suas situações regularizadas. -----

----De seguida, reiterou que o próprio orçamento veiculava a informação de que era alavancado pelo empréstimo e comprovou-o, recorrendo ao documento propriamente dito. -----

----Concluiu e, em resposta ao deputado Pedro Nunes, disse já ter votado favoravelmente em alguns orçamentos apresentados pelo PSD. Mais disse, não poder concordar com um orçamento que considerava não ter sustentabilidade. -

**----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que a decisão de contrair ou não contrair um empréstimo era uma opção política. -----

----Mais esclareceu que o financiamento dos 15% era verdade que se iria recorrer ao BEI, que era uma linha de financiamento, lançada pelo Governo Português, para apoiar os investimentos dos Municípios. -----

----De seguida, referiu que no próximo ano iria existir, sim, novamente a oportunidade e a capacidade de endividamento. Explicou ainda que, os

rendimentos de propriedade era o Lodge Park e as antenas e as fontes de receita era toda a receita recebida pelo Município e, quanto a obras e loteamentos, disse esperar bem que a economia continuasse a crescer e o investimento privado, a acontecer. -----

----Por fim, replicou a ideia de que a realidade era esta e só esta, ou seja, que o orçamento estava alavancado nestes projetos, apoiados por fundos comunitários e acrescentou ter confiança e fé de que, durante o ano de 2020, mais projetos aprovados existirão e em 2021, aqui estariam todos a aprovar um orçamento com um financiamento já definido e não definido. -----

----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção do MAR (Movimento Autárquico de Renovação) e 8 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD (Partido Social Democrata).-----

----**Declaração de Voto:** o deputado Paulo Grego (PS) declarou que a votação da bancada do Partido Socialista, como já aí tinha sido debatido, foi contra porque, no seu entender, este era um orçamento que permeava o endividamento, que não previa uma gestão cuidada e rigorosa e que materializava o despesismo e o descontrolo das contas públicas. E, por tudo isto, nunca podia ser um orçamento que tivesse a aprovação da sua bancada. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

----**PONTO TRÊS: Aprovação, ao abrigo do previsto nas alíneas c), do nº. 1, do artº. 25º. e ccc), do artigo 33º. e no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do término da isenção de IMI para edifícios de 1ª. habitação, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no Concelho de Mira no dia 15 de outubro de 2017.**-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** recordando que esta Assembleia Municipal tinha deliberado isentar de IMI os edifícios de 1.ª habitação, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no Concelho, em consequência do incêndio de 15 de outubro de 2017. E, uma vez que, atualmente, estavam todas ou quase todas reconstruídas e que se estava, finalmente, a voltar à normalidade, também se retomava a normalidade fiscal e assim, o término desta isenção.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----**PONTO QUATRO: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais nos domínios do transporte em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas – ano de 2019.**-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** explicando que, na altura, como não se tinha áreas portuárias, este diploma tinha ficado de fora. Contudo, por imposição da DGAL, tinha de se trazer a sessão de Assembleia, a sua não-aceitação. Mais disse que não tinha ido no pacote das anteriores aprovações. --

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes** (PS) referindo ser já a segunda ou terceira vez que usava o facto de se ter tido em Portugal um governo que devolveu rendimentos aos portugueses, como sendo essa a justificação para o

aumento da despesa com pessoal. Posteriormente, adicionou uma outra componente, a transferência de competências, como era o caso deste ponto ora a debater. -----

----Posto isto, disse que a lei quando era feita, era para todos, que a redistribuição foi feita pelo Governo e que a devolução de rendimentos que foi efetuada, foi transversal a todo o país. É só consultar o “Pordata” que consegue verificar as autarquias que gastam, em média, mais com despesa de pessoal, Mira tem o valor de 316,85 euros, despesa com pessoal por pessoa. E a média da região de Coimbra é de 228 euros. Pode-se ainda referir que Mira, em termos de funcionários públicos por mil habitantes, tem 16 e a região de Coimbra tem 11. Por estes dados podemos ver alguns dos aumentos com pessoal.

Perguntou ainda se Mira era o único Município que tinha aceite as competências da Educação. -----

----Mais disse concluir que o aumento de despesa com o pessoal, ainda não teria sido só resultado da distribuição de rendimentos que o Governo atribuiu, pois essa tinha sido transversal ao país. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e, em resposta ao deputado André Gomes, aconselhou que, quando se consultasse o “Pordata”, verificasse também, de todos esses municípios, quais eram os que em 2009 tinham aceite a transferência de competências da Educação. -----

-----Concluiu, alertando para o facto de que só era comparável, aquilo que tinha comparação. E, neste caso específico, não havia comparação possível, pois estava a referir-se a municípios que não tinham aceite a delegação de competências na área da Educação. Afirmou que Mira foi o único Município que aceitou a transferência de competências na área da educação e que quando compara dados tem de considerar este facto -----

----Esclareceu que, o que aqui estava em votação era a não-aceitação. -----

----**VOTAÇÃO** -----



---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção do MAR (Movimento Autárquico de Renovação) e 8 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD. ---

----Terminada a ordem de trabalhos o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 20 de fevereiro de 2020, quinta-feira, pelas 18h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes. -----

**-----ENCERRAMENTO -----**

----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

O Presidente da Mesa,

---

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)

O 1.º Secretário,

---

(Telma Milene Magueta Salvador, *Dr.ª*)